

A DIETA CARNÍVORA COMO CONSOLIDAÇÃO DO PATRIARCADO¹

Eixo Temático 27 – O corpo e os efeitos das práticas para além dos órgãos

Gabriela Saciloto Cramer²

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz³

RESUMO

Os hábitos alimentares de uma dieta carnívora coroam o homem branco como superior hierárquico nas relações sociais e, com isto, auxiliam no desprezo com relação aos demais segmentos sociais, aos quais são destinados os alimentos que a classe dominante optou por não consumir e os direitos que optou por renunciar. Como consequência, alimentar-se – ato básico e necessário na vida dos seres humanos – se torna um complexo mecanismo atrelado a diversos fatores, que variam de acordo com os valores subjetivos existentes na sociedade patriarcal. Deste modo, foi realizado um trabalho de cunho bibliográfico com a finalidade de expor a temática, cujo elaboração científica ainda é irrisória.

Palavras-chave: hábitos alimentares, valor social, carne.

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Ilka de Sousa Duarte (2008), ao analisar especificamente o impacto ambiental da produção de carne no Brasil, verificou que a legislação brasileira é bastante rigorosa com relação à poluição industrial. Ocorre que a fiscalização no que concerne ao setor da produção de carne não segue o rigor presente nas leis ambientais. Verifica-se que, no caso da aplicação integral das normas de proteção ao meio ambiente nesta indústria, com a cobrança integral dos impostos e a internalização dos custos energéticos, por exemplo, a produção da carne seria quase inviável economicamente aos seus produtores.

Constata-se que existência da legislação reguladora sobre o tema não é suficiente nem ao menos para erradicar os crimes ambientais, visto que, ante a ausência de fiscalização, são normas puramente teóricas e que favorecem a impunidade com relação a eles.

¹ Resumo expandido apresentado na categoria Comunicação Oral e submetido aos Anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade (2022)

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), localizada no Paraná, gabrielascramer@gmail.com

³ Orientadora desta pesquisa, como docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), localizada no Paraná, lucianarfk@gmail.com.

E isto se justifica, pois, a inserção da região Centro-Oeste do país ao capitalismo brasileiro, por exemplo, se deu em razão de uma ação coordenada entre o Estado, grandes latifundiários e investimentos agroindustriais. Isto acabou por gerar novos ritmos de expansão e moldes de desenvolvimento que culminaram em um pacto regional de classes, explicando assim a redistribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas sociais e físicas, o que culminou no fomento à desigualdade e ao privilégio de indivíduos cuja ascensão social se deu em razão da agropecuária (SOARES, 2018).

Deste modo, muito embora a atividade pecuária configure uma prática relativamente improdutiva, ela se perpetua ante complexos mecanismos de articulação social e de defesa dos privilégios de alguns poucos grandes latifundiários inseridos em determinados grupos sociais e territoriais.

Esta é a temática da *Política Sexual da Carne*, de Carol Adams (1990) com a qual foi abordada a intersecção entre o feminismo e o vegetarianismo, ao afirmar que o hábito alimentar de consumir produtos de origem animal cria um padrão de consumo associado ao papel de masculinidade, traçado por um sistema sexista que relaciona dietas carnívoras aos homens brancos.

Em contrapartida, os vegetais e demais alimentos são vistos como comidas destinadas a mulheres e outros grupos sociais. Consequentemente, estes são indesejáveis por aqueles considerados pertencentes à classe social dominante. Isto faz com que os demais grupos não dominantes na sociedade patriarcal sejam considerados como “*grupos de segunda classe*”, sendo associados às comidas também “*de segunda classe*”.

Para além disto, a cultura de violência envolta nos matadouros e no consumo de animais mortos reflete em como àqueles pertencentes às classes sociais consideradas dominantes pelo patriarcado enxergam a subjugação dos grupos considerados inferiores. Ao passo que as concepções de força e poder são relacionadas ao homem branco, os demais grupos, inclusive os animais, passam a ser igualmente explorados e não detentores de direitos.

A autora afirma, deste modo, que ousar seguir uma dieta vista como não convencional pelos grupos considerados dominantes significa, automaticamente, lutar contra as premissas defendidas pela sociedade patriarcal, enquanto que traduz uma reivindicação àqueles tidos como *referentes ausentes* e, deste modo, impossibilitados de pleitear pelo reconhecimento de seus direitos.

Isto porque a alimentação e o preparo do alimento estão revestidos de práticas sociais associadas ao gênero, que acabam por perpetuar as desigualdades sociais envolvidas na temática, uma vez que determinam, de forma inicial e com justificativas exclusivamente de cunho cultural, quais tarefas e alimentos serão destinadas a quais indivíduos.

As desigualdades alimentares presentes entre os diversos grupos sociais, deste modo, não apenas fomentam as iniquidades sociais, mas também refletem diretamente nas relações interpessoais e na criação da subjetividade dos indivíduos, uma vez que definem, ainda, a existência e a diferenciação entre as classes produtora e consumidora (MINUZI E POMMER, 2019).

A consequência da criação deste padrão de consumo, para muitos inacessível, é que em um ato básico e necessário ao ser humano –alimentar-se– pode ser observado, na realidade, como um complexo conjunto de interações humanas, pois a alimentação se converte em um objeto legítimo de compreensão das premissas implícitas do viver em sociedade (AZEVEDO, 2017).

A doutrina de Carol Adams, somada ao arcabouço teórico envolto no valor social da carne e nas problemáticas sociais adstritas a ele, portanto, fazem propor uma análise acerca das diferenças de gênero causadas pela alimentação, e, em especial, pelo consumo de dietas carnívoras.

O presente trabalho justifica-se, portanto, pois a indústria da carne é responsável, em grande parte, pela hierarquização dos hábitos alimentares. Uma vez que sua produção e consumo estão restritos a determinados seguimentos populacionais, o produto acaba por criar um padrão de consumo insustentável que está atrelado a um valor social. Isto faz com que os alimentos de origem animal, especialmente a bovina, tornem-se um fator de diferenciação de classes, cor e gênero, que se concretiza ante o poder aquisitivo e com o poder de escolha alimentar.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Foi realizado um trabalho de cunho bibliográfico, no qual foram entrecruzados estudos de diversas áreas do conhecimento, os quais versavam sobre o valor social dos alimentos, as práticas alimentares, os padrões culturais de consumo, e a diferenciação de gênero, raça e classe intrínsecas ao ato de alimentar-se. A escrita constituiu-se a partir de aspectos investigados na pesquisa em grau de mestrado da autora, intitulada “Os crimes

da carne”, pela qual são estudados a hierarquização dos hábitos alimentares e o valor social conferido às dietas carnívoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão do gênero se mostra como um constructo de posição socioeconômica quando percebidos os diferentes papéis sociais que homens e mulheres desempenham cotidianamente nos mais diversos ambientes, assim como a hierarquia presente em tais papéis. Quando analisadas deste modo, constata-se que as diferenças de gênero na alimentação, na saúde, no trabalho e nas instituições familiares são, em grande parte, socialmente produzidas (CANUTO; FANTON; LIRA, 2019).

Essa produção social das iniquidades de gênero é uma das faces mais puras do patriarcado, quase como um pacto entre os homens para garantir a sujeição e exploração das mulheres, de modo que os homens se tornam a classe dominadora, e as mulheres, a classe subjugada, punidas com diversos graus de violência quando optam por não cumprir com a sua parte do tratado (CORRÊA Et. Al, 2021). No campo da alimentação, este pacto é constatado quando da objetificação da mulher por meio da sedução da comida, a qual permite referenciar o alimento como ênfase das desigualdades de gênero, ao atribuir a mulheres adjetivos como “gostosa” e “suculenta” (AZEVEDO, 2017).

Especificamente no tocante à produção pecuária, as relações de poder pautadas no gênero foram analisadas por Veronica Vasquez García (2015), em um estudo que mostrou que as mulheres mexicanas ocupam uma grande parte na produção desta indústria no país, ao passo que não lhes são conferidas as mesmas oportunidades com relação ao acesso e controle de terras, investimentos tecnológicos, programas de crédito e serviços veterinários. Segundo a autora, as pesquisas especializadas em produção animal deveriam ter como ponto de partida o fato de que as relações de gênero são fundamentais para a melhora de qualquer sistema produtivo e tais relações devem ser levadas em conta quando da criação de políticas públicas a fim de que efetivamente seja alcançada uma equidade na distribuição de empregos e benefícios em uma população.

Ademais, conforme já sinalizado, Carol Adams (1990) afirma que a indústria da proteína animalizada é pautada pelo que denomina de “política sexual da carne”, segundo a qual o consumo de carne é traçado por um sistema sexista e expressa a dominação de atitudes patriarcais, as quais incluem a concepção da força e da violência.

Verifica-se, deste modo, que a indústria da carne projeta um padrão de consumo caracterizado pelas iniquidades sociais. Tanto é que a criação das preferências alimentares se constitui nas estratégias de diferenciação presentes nas relações entre classes. São aqueles com maior poder aquisitivo que decidem e incorporam as normas que serão consideradas legítimas quando da ocorrência, criação e perpetuação dos hábitos alimentares (PULICI; 2014)

E, como consequência, os hábitos alimentares de uma dieta carnívora coroam o homem branco como superior hierárquico nas relações sociais e, com isto, auxiliam no desprezo com relação aos demais segmentos sociais, aos quais são destinados os alimentos que a classe dominante optou por não consumir e os direitos que esta classe optou por renunciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comida e o ato de comer possuem implicações sociais na medida em que compreendemos que não apenas ingerimos alimentos, mas atribuímos a eles um valor simbólico (PERROTA; 2017).

Mostra-se necessária, portanto, a discussão acerca do valor social intrínseco ao ato de alimentar-se de proteínas animalizadas, eis que a indústria pecuária e o consumo de carne ocupam um posto de extrema importância nas sociedades contemporâneas, parecendo ser um dos pilares das práticas sociais e alimentares existentes no Brasil, ainda que isto signifique a destruição da biodiversidade, desmatamentos, desperdício e contaminação da água, poluição do ar, esgotamento dos solos e perpetuação de diversas iniquidades sociais.

Ademais, além da insustentabilidade ecológica intrínseca nas dietas carnívoras, percebe-se também uma insustentabilidade sob a perspectiva social, eis que toda a problemática envolta ao consumo de carne, sem que sejam considerados os direitos, emoções e a própria vida dos animais, relaciona-se à forma como a sociedade patriarcal enxerga os grupos considerados de segunda classe, tornando a violência contra todos eles justificada quando analisada sob uma perspectiva de dominação perpetuada pela força e pelo poder.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne: Uma teoria feminista-vegetariana**. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

AZEVEDO, Elaine de. **Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 19, no 44, jan/abr 2017, p. 276-307.

CANUTO, Raquel; FANTON, Marcos; LIRA, Pedro Israel Cabral de. **Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais**. Ciência & Saúde Coletiva, 2019, 24(9), p. 3193-3212.

CORRÊA et. al. **As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico**. Saúde Social, 2021, São Paulo, v.30, n.2.

DUARTE, Ilka de Sousa. **Impactos ambientais da produção de carne para consumo humano: a indústria da carne na contramão da tutela constitucional do meio ambiente**. Monografia (Graduação) – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GARCÍA, Verónica Vázquez. **Ganado menor y enfoque de género: aportes teóricos y metodológicos**. Agricultura, Sociedad y Desarrollo, 2015, v.12, n.4.

MINUZI, Gabrielle Assunção; POMMER, Roselene. **A alimentação e as classes sociais: uma análise dialética**. Compartilhando saberes, 2019, Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2019/05/Gabrielle-Assuncao-Minuzi-A-ALIMENTAXCAO-E-AS-CLASSES-SOCIAIS.pdf>. Acesso em 01 de Agosto de 2022.

PULICI, C. (2014), **A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras**. Revista Ecopós, 17 (3): 1-15.

SOARES, Henrique Vazquez. (2018), **Agropecuária e indústria no Centro-Oeste brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980: uma análise de classes**. Hist. Soc., (pp. 241-267).